

Alerta Legislação, nº 20, de 13 a 18 de maio de 2013

Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

■ LEI Nº 12.813, DE 16 DE MAIO DE 2013

Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da [Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000](#), e das [Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001](#), e [2.225-45, de 4 de setembro de 2001](#).

■ LEI Nº 12.812, DE 16 DE MAIO DE 2013

Acrescenta o art. 391-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#), para dispor sobre a estabilidade provisória da gestante, prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

■ LEI Nº 12.810, DE 15 DE MAIO DE 2013

Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nºs [...]

Governo do Estado de São Paulo

■ RESOLUÇÃO CONJUNTA SJDC/SEDS/SES-1, DE 17-05-2013

Dispõe sobre as diretrizes e normas operacionais do Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack, denominado Programa Recomeço, instituído pelo [Decreto 59.164, de 9 de maio de 2013](#)

■ COMUNICADO

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Lei Orçamentária Anual – LOA 2014

O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, visando a assegurar a transparência requerida durante o processo de elaboração da Proposta Orçamentária 2014 e ainda em observância ao que recomenda a [Lei de Responsabilidade Fiscal](#) e o que é previsto no [Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2014](#) informa que realizará AUDIÊNCIAS PÚBLICAS presenciais, nas Regiões Administrativas e Metropolitanas do Estado de São Paulo [...]

	LEGISLAÇÃO FEDERAL
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
17/05/2013	<u>LEI Nº 12.814, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, quanto à autorização para concessão de subvenção econômica em operações de financiamento destinadas a aquisição e produção de bens de capital e a inovação tecnológica e em projetos de infraestrutura logística direcionados a obras de rodovias e ferrovias objeto de concessão pelo Governo federal; altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, quanto à concessão de subvenção econômica em operações destinadas a financiamentos a diferentes setores da economia; altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, quanto à concessão de subvenção econômica em financiamentos destinados a beneficiários localizados em Municípios atingidos por desastres naturais; altera as Leis nºs [...]; prorroga os prazos previstos nas Leis nºs [...] <u>LEI Nº 12.813, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001. <u>LEI Nº 12.812, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Acrescenta o art. 391-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a estabilidade provisória da gestante, prevista na alínea b do inciso II do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. <u>DECRETO Nº 8.014, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2083 (2012), de 17 de dezembro de 2012, do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que trata de sanções a indivíduos, grupos, iniciativas e entidades da Al-Qaeda e eventuais associados. <u>DECRETO Nº 8.013, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2079 (2012), de 12 de dezembro de 2012, do Conselho de Segurança das Nações Unidas que, entre outras disposições, renova por doze meses o regime de sanções aplicáveis à Libéria. <u>DECRETO Nº 8.012, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2095 (2013), de 14 de março de 2013, do Conselho de Segurança das Nações Unidas que, entre outras disposições, altera o embargo de armas aplicável à Líbia. <u>DECRETO Nº 8.011, DE 16 DE MAIO DE 2013</u>

	Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2094 (2013), de 7 de março de 2013, do Conselho de Segurança das Nações Unidas que, entre outras disposições, reforça o regime de sanções aplicáveis à República Popular Democrática da Coreia e amplia a lista de indivíduos e entidades norte-coreanos sujeitos a proibições de viagens e a bloqueio de ativos. <u>DECRETO Nº 8.010, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Altera o Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, que regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.
16/05/2013	<u>LEI Nº 12.810, DE 15 DE MAIO DE 2013</u> Dispõe sobre o parcelamento de débitos com a Fazenda Nacional relativos às contribuições previdenciárias de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; altera as Leis nºs [...] <u>LEI Nº 12.809, DE 15 DE MAIO DE 2013</u> Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - CENSIPAM e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE; altera as Leis nºs 12.337, de 12 de novembro de 2010, e 10.480, de 2 de julho de 2002; revoga dispositivo da Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011; e dá outras providências. <u>DECRETO Nº 8.009, DE 15 DE MAIO DE 2013</u> Dispõe sobre a reorganização da Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. <u>DECRETO Nº 8.008, DE 15 DE MAIO DE 2013</u> Promulga a Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis e o Protocolo à Convenção sobre Garantias Internacionais Incidentes sobre Equipamentos Móveis Relativo a Questões Específicas ao Equipamento Aeronáutico, firmados na Cidade do Cabo, em 16 de novembro de 2001, e o ato final da Conferência Diplomática para a Adoção da Convenção e do Protocolo e as declarações que a República Federativa do Brasil fez ao aderir à Convenção e ao Protocolo. <u>DECRETO Nº 8.007, DE 15 DE MAIO DE 2013</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2087 (2013), de 22 de janeiro de 2013, do Conselho de Segurança das Nações Unidas que, entre outras disposições, amplia a lista de indivíduos e entidades sujeitos ao regime de sanções aplicáveis à República Popular Democrática da Coreia. <u>DECRETO Nº 8.006, DE 15 DE MAIO DE 2013</u> Dispõe sobre a execução, no território nacional, da Resolução 2082 (2012), de 17 de dezembro de 2012, do Conselho de Segurança das Nações Unidas que renova o regime de sanções aplicáveis ao Talibã e estabelece isenções. <u>DECRETO Nº 8.004, DE 15 DE MAIO DE 2013</u>

	Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Conselho de Ministros da Bósnia-Herzegovina sobre a Isenção Parcial de Vistos, firmado em Sarajevo, em 19 de junho de 2010. <u>DECRETO Nº 8.003, DE 15 DE MAIO DE 2013</u> Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para o Intercâmbio de Informações Relativas a Tributos, firmado em Brasília, em 20 de março de 2007. <u>RETIFICAÇÃO</u> <u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 613, DE 7 DE MAIO DE 2013</u> (Publicada no Diário Oficial da União de 8 de maio de 2013, Seção 1, página 1)
15/05/2013	<u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 614, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências.
13/05/2013	<u>DECRETO Nº 8.001, DE 10 DE MAIO DE 2013</u> Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, altera o Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e dá outras providências.
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Atos do Congresso Nacional	<u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 242, DE 2013 (*)</u> Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Sérvia sobre a Isenção de Vistos para seus Respectivos Nacionais, assinado em Belgrado, em 20 de junho de 2010. (*) O texto do Acordo está publicado no Diário do Senado Federal de 28-2-2013.
Atos do Senado Federal	<u>RESOLUÇÃO Nº 18, DE 2013</u> Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO Nº 17, DE 2013</u> Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Dinamarca e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO Nº 16, DE 2013</u> Autoriza a União a contratar operação financeira com a República do Sudão, no valor equivalente a US\$ 43.581.141,68 (quarenta e três milhões, quinhentos e oitenta e um mil, cento

	e quarenta e um dólares norte-americanos e sessenta e oito centavos), para o reescalonamento da dívida oficial sudanesa com o Brasil. <u>RESOLUÇÃO N° 15, DE 2013</u> Autoriza a União a realizar operação financeira externa, mediante formalização do Acordo de Liquidação Antecipada de Dívida a ser assinado entre a República Federativa do Brasil e a República do Gabão, no valor equivalente a US\$ 24.085.115,78 (vinte e quatro milhões, oitenta e cinco mil, cento e quinze dólares norte-americanos e setenta e oito centavos), para extinção da dívida oficial gabonesa com o Brasil.
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA (AEB) <u>RESOLUÇÃO N° 1-CSP, DE 15 DE MAIO DE 2013</u> [...] 1. Aprovar, ad-referendum, as bases operacionais do Programa MICROGRAVIDADE, (objetivos, metas, estrutura de gestão, metodologia de acompanhamento e avaliação), conforme consubstanciadas no Documento Base em Anexo. [...] SECRETARIA DE POLÍTICA DE INFORMÁTICA (SEPIN) – Comitê da Área de Tecnologia da Informação (CATI) <u>RESOLUÇÃO N° 4, DE 9 DE MAIO DE 2013</u> Credenciamento da Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no inciso I do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. <u>RESOLUÇÃO N° 3, DE 9 DE MAIO DE 2013</u> Credenciamento do Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no inciso I do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991.
Ministério da Cultura (MinC)	FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (FUNARTE) <u>PORTARIA N° 192, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> [...] instituir o Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz/2013. O edital está disponível na página eletrônica da Funarte: www.funarte.gov.br [...]
Ministério da Defesa (MD)	COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) <u>PORTARIA N° 820/GC3, DE 13 DE MAIO DE 2013</u> (*) Aprova a reedição da norma de sistema que estabelece a organização e funcionamento do Sistema de Patrimônio Histórico e Cultural do Comando da Aeronáutica (SISCULT). (*) <i>Este regulamento de que trata a presente Portaria será publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).</i> <u>PORTARIA N° 819/GC3, DE 13 DE MAIO DE 2013</u> (*) Aprova a reedição do Regulamento do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial. (*) <i>Este regulamento de que trata a presente Portaria será publicado no Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA).</i>

	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 1.530 /MD, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> Aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações da Administração Central do Ministério da Defesa e dá outras providências. <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 1.513 /MD, DE 13 DE MAIO DE 2013</u> Altera a Portaria Normativa nº 2.756, de 19 de setembro de 2011, que dispõe sobre a função de Conselheiro Militar da Missão Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, e do Conselheiro Militar da Representação do Brasil junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra, e dá outras providências <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 1.501 /MD, DE 10 DE MAIO DE 2013</u> Institui a Assessoria Especial para Grandes Eventos no Ministério da Defesa e estabelece sua finalidade, composição e atribuições.
Ministério da Educação (MEC)	COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA Nº 59, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> Disciplina as condições gerais para a concessão e aplicação dos recursos financeiros, sua prestação de contas, aprova o Manual de Utilização de Recursos de Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa e o Manual de Prestação de Contas On Line do Sistema Informatizado de Prestação de Contas (SIPREC). FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>RESOLUÇÃO Nº 17, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Estabelece procedimentos para a transferência obrigatória de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal, a título de apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da educação infantil para o atendimento de crianças de zero a 48 meses informadas no Censo Escolar da Educação Básica, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o poder público, no exercício de 2013. <u>RESOLUÇÃO Nº 16, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Estabelece critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros a municípios e ao Distrito Federal, para a manutenção de novas turmas de educação infantil, a partir do exercício de 2013 <u>RESOLUÇÃO Nº 15, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Estabelece critérios e procedimentos para a transferência automática de recursos financeiros a municípios e ao Distrito Federal para a manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, a partir do exercício de 2013. <u>RESOLUÇÃO Nº 14, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Altera o Código de Recolhimento nº 28850-0 das Resoluções do

FNDE relativas ao pagamento das transferências diretas e de bolsas.

RESOLUÇÃO N° 13, DE 9 DE MAIO DE 2013

Estabelece procedimentos para o pagamento de bolsas no âmbito do Programa de Bolsa Permanência para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como para estudantes indígenas e quilombolas matriculados em cursos de graduação de instituições federais de ensino superior.

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL N° 6, DE 16 DE MAIO DE 2013

Institui Grupo de Trabalho Interinstitucional para a Educação Infantil no Campo.

PORTARIA N° 389, DE 9 DE MAIO DE 2013 (*)

[...] **Art.1°** Fica criado, no âmbito do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o Programa de Bolsa Permanência, destinado à concessão de bolsas de permanência a estudantes de graduação de instituições federais de ensino superior [...]

(*) *N. da Coejo: Publicada nesta data por ter sido omitida no DOU de 10-5-2013, Seção 1*

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP)

PORTARIA N° 256, DE 14 DE MAIO DE 2013

Dispõe sobre o pagamento, no âmbito do INEP, do Auxílio de Avaliação Educacional - AAE.

PORTARIA N° 244, DE 10 DE MAIO DE 2013

[...] **Art. 1°** O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), parte integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), tem como objetivo geral avaliar o desempenho dos estudantes em relação: aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares, às habilidades e competências para a atualização permanente e aos conhecimentos sobre a realidade brasileira, mundial e sobre outras áreas do conhecimento.

Art. 2° A prova do Enade 2013, com duração total de 4 (quatro) horas, terá a avaliação do componente de Formação Geral comum aos cursos de todas as áreas e um componente específico*. [...]

**Para os cursos de Agronomia, Biomedicina, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Serviço Social, Tecnologia em Agronegócio, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Gestão Hospitalar, Tecnologia em Radiologia e Zootecnia, conferir as Portarias n°s 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 253 e 254, publicadas no D.O.U. de 13/05/2013*

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES)

PORTARIA N° 198, DE 13 DE MAIO DE 2013

[...] **Art. 1°** Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação [...]

	<u>PORTARIA Nº 197, DE 13 DE MAIO DE 2013</u> [...] Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação [...] <u>PORTARIA Nº 196, DE 10 DE MAIO DE 2013</u> [...] Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação [...] <u>PORTARIA Nº 195, DE 10 DE MAIO DE 2013</u> [...] Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação [...] <u>PORTARIA Nº 194, DE 10 DE MAIO DE 2013</u> [...] Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação [...]
Ministério da Fazenda (MF)	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF) <u>CIRCULAR Nº 622, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> Divulga versão do Manual de Fomento Carteira Administrada do FGTS. [...] Esse Manual está disponível a todos os participantes dos Programas de Aplicações do FGTS, nas Superintendências Regionais e nas Gerências de Filial do FGTS da CAIXA, em todo o território nacional e no sítio da CAIXA, no endereço http://www1.caixa.gov.br/download/asp/download.asp?subCat egId=660&CategId=125&subCateglayout=Manual%20de%20F omento%20do%20Agente%20Operador&Categlayout=FGTS [...] COMITÊ GESTOR DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (CGITR) <u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 10 DE MAIO DE 2013</u> Altera o prazo de execução do Programa Omissos de Declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (DITR) relativa a imóveis rurais localizados em Municípios Conveniados, de que trata a Resolução CGITR nº 02, de 1º de março de 2012. COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL (CGSN) <u>RESOLUÇÃO Nº 107, DE 9 DE MAIO DE 2013</u> Altera a Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, que dispõe sobre o Simples Nacional e dá outras providências. <u>RECOMENDAÇÃO Nº 4, DE 9 DE MAIO DE 2013</u> Dispõe sobre orientações a serem seguidas pelos entes federados quanto aos débitos declarados pelos optantes pelo Simples Nacional. SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.360, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> Altera a Instrução Normativa nº 1.339, de 28 de março de 2013, que aprova o aplicativo m-IRPF, que permite a apresentação, por meio de dispositivos móveis, da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física referente ao exercício de 2013, ano-calendário de 2012.

	<u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.359, DE 13 DE MAIO DE 2013</u> Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.042, de 10 de junho de 2010, que dispõe sobre o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), e dá outras providências. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.358, DE 10 DE MAIO DE 2013</u> Aprova o programa gerador do Demonstrativo de Apuração de Contribuições Sociais Mensal-Semestral, versão 2.7 (Dacon Mensal-Semestral 2.7). SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL (STN) <u>PORTARIA Nº 268, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> [...] Art. 1º Divulgar a Receita Corrente Líquida - RCL dos últimos doze meses, referente ao 1º quadrimestre de 2013 [...]
Ministério da Justiça (MJ)	DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL (DPF) <u>PORTARIA Nº 3.496, DE 13 DE MAIO DE 2013</u> Define o modelo do Cartão de Entrada e Saída de estrangeiros do país. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (DEPEN) <u>PORTARIA Nº 145, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> Tornar público os procedimentos, critérios e prioridades para a concessão de financiamento de projetos referentes à temática de Apoio ao Trabalho e Renda e Capacitação Profissional para pessoas presas, voltados à execução dos "Projetos de Capacitação Profissional e Implementação de Oficinas Permanentes - PROCAPs", com recursos do Fundo Penitenciário Nacional no exercício de 2013 e dá outras providências. <u>PORTARIA Nº 135, DE 10 DE MAIO DE 2013</u> Tornar pública os procedimentos e critérios para criação da logomarca da Escola Nacional de Serviços Penais - ESPEN, do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, do Ministério da Justiça - MJ. SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE SEGURANÇA PARA GRANDES EVENTOS (SESGE) <u>PORTARIA Nº 112, DE 8 DE MAIO DE 2013</u> Institui o Sistema Integrado de Comando e Controle de Segurança Pública para Grandes Eventos - SICC. SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (SENASP) <u>PORTARIA Nº 38, DE 10 DE MAIO DE 2013</u> Institui, no âmbito da Estratégia Nacional de Segurança Pública - ENAFRON, processo de habilitação de projetos de videomonitoramento de vias públicas em Municípios situados na região de fronteira dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.
Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 177, DE 15 DE MAIO DE 2013</u> [...] Art. 1º Criar a Comissão de Avaliação do Programa

	Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional - Profrota Pesqueira, constituída na forma da presente Portaria. [...]
Ministério da Saúde (MS)	AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) <u>PORTARIA N° 841, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> [...] Art. 1º Instituir Grupo de Trabalho no âmbito da ANVISA com o objetivo de revisar a Portaria SVS/MS 32, de 13 de janeiro de 1998, que aprova o Regulamento técnico para suplementos vitamínicos e ou de minerais, a fim de ampliar seu escopo para suplementos alimentares. [...] → Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO-RDC N° 27, DE 15 DE MAIO DE 2013</u> Institui o protocolo eletrônico para emissão de Certificado de Produto (Certificado de Cadastro ou Registro de Produto para a Saúde) e Certidão para Governo Estrangeiro (Certidão de Cadastro ou Registro para Exportação de Produto para a Saúde). <u>RESOLUÇÃO-RDC N° 26, DE 15 DE MAIO DE 2013</u> Altera a RDC n° 10, de 21 de março de 2011, que dispõe sobre a garantia da qualidade de medicamentos importados e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO - RDC N° 25, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> Altera a RDC n° 50 de 20 de setembro de 2011, que dispõe sobre os procedimentos e condições de realização de estudos de estabilidade para o registro ou alterações pós-registro de produtos biológicos e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO - RDC N° 24, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> Altera a RDC n° 49, de 20 de setembro de 2011, que dispõe sobre a realização de alterações e inclusões pós-registro, suspensão e reativação de fabricação e cancelamentos de registro de produtos biológicos e dá outras providências. GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA N° 880, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Define a estratégia de aumento do acesso aos Procedimentos Traumatológico-ortopédicos de Média Complexidade no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). <u>PORTARIA N° 876, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, que versa a respeito do primeiro tratamento do paciente com neoplasia maligna comprovada, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). <u>PORTARIA N° 875, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Estabelece as regras e os critérios para apresentação e aprovação de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD). <u>PORTARIA N° 874, DE 16 DE MAIO DE 2013</u>

	Institui a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). <u>PORTARIA Nº 868, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a ser disponibilizado ao Estado de São Paulo, destinados às ações de saúde para o enfrentamento da Influenza-2013. <u>PORTARIA Nº 851, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> [...] Art. 1º Fica prorrogado, até 17 de maio de 2013, o prazo estabelecido no art. 2º da Portaria nº 616/GM/MS, de 16 de abril de 2013, para que os Municípios relacionados no Anexo da Portaria nº 616/GM/MS, de 16 de abril de 2013, cadastrem e finalizem suas propostas de UPA nova e/ou ampliada em sistema específico disponível no sítio www.fns.saude.gov.br, e realizem a postagem de toda a documentação conforme estabelecido na Portaria nº 342/GM/MS, de 4 de março de 2013. [...] <u>PORTARIA Nº 834, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> Redefine o Comitê Nacional para a Promoção do Uso Racional de Medicamentos no âmbito do Ministério da Saúde. <u>PORTARIA Nº 817, DE 10 DE MAIO DE 2013</u> Aprova as diretrizes nacionais para a elaboração e execução do projeto-piloto de categorização dos serviços de alimentação para a Copa do Mundo FIFA 2014. SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE (SAS) <u>PORTARIA Nº 498, DE 3 DE MAIO DE 2013 (*)</u> Define o fluxo e prazos para disponibilização dos Sistemas de Informação de Atenção à Saúde e envio das bases de dados do SCNES, SAI, SIH e CIHA para o ano de 2013. (*) <i>Republicada por ter saído, no DOU nº 85, de 6-5-2013, seção 1, pág. 88, com incorreção no original.</i> SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (SVS) - Instituto Evandro Chagas (IPEC) <u>PORTARIA Nº 80, DE 15 DE MAIO DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação Geral do Instituto Evandro Chagas, na forma do anexo a esta Portaria. [...]
Ministério das Comunicações (MC)	AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL) <u>RESOLUÇÃO Nº 613, DE 9 DE MAIO DE 2013</u> Altera o art. 48 do Regulamento da Interface Usuário - Rede e de Terminais do Serviço Telefônico Fixo Comutado, aprovado pela Resolução nº 473, de 27 de julho de 2007.
Ministério de Minas e Energia (MME)	AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 548, DE 7 DE MAIO DE 2013</u> Altera a Resolução Normativa nº 467, de 6 de dezembro de 2011, que estabelece os requisitos e critérios para modificação do regime de exploração das concessões de aproveitamentos hidrelétricos para geração de energia elétrica destinada a

	serviço público. AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>PORTARIA Nº 96, DE 10 DE MAIO DE 2013</u> [...] Art. 1º O Art. 2º, do Anexo I da Portaria ANP nº 69, de 06 de abril de 2011, Capítulo II, DA ORGANIZAÇÃO, passa a vigorar com o seguinte texto: [...]
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 38, DE 15 DE MAIO DE 2013</u> [...] Art. 1º Definir requisitos e procedimentos a serem atendidos para a incorporação de territórios ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais - PRONAT na vigência do plano plurianual 2012-2015. [...]
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)	GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA Nº 149, DE 15 DE MAIO DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, na forma do Anexo à presente Portaria. [...] SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR (SECEX) <u>PORTARIA Nº 20, DE 10 DE MAIO DE 2013</u> Altera a Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, e dispõe sobre o Certificado de Autorização de Cotas MERCOSUL
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)	CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CNAS) <u>RESOLUÇÃO Nº 10, DE 9 DE MAIO DE 2013</u> Aprova os parâmetros da Proposta Orçamentária para a Assistência Social, relativa ao orçamento 2014. GABINETE DA MINISTRA <u>PORTARIA Nº 44, DE 9 DE MAIO DE 2013</u> Estabelece procedimentos para a doação da Lancha da Assistência Social e para o cofinanciamento federal de sua manutenção, por meio do Piso Básico Variável - PBV.
Ministério do Meio Ambiente (MMA)	GABINETE DA MINISTRA <u>PORTARIA Nº 151, DE 10 DE MAIO DE 2013</u> [...] Art. 1º Instituir o Comitê Editorial do Ministério do Meio Ambiente-CEMA e definir suas atribuições, nos termos do Regulamento Anexo. [...]
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)	SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (SLTI) <u>PORTARIA Nº 12, DE 10 DE MAIO DE 2013</u> Prorroga o prazo para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável, estabelecido pela Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012. SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO (SPU) <u>PORTARIA Nº 141, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> [...] Art. 1º Esta portaria estabelece os procedimentos para o acompanhamento das demandas de regularização e uso de

	imóveis da União. [...] <u>PORTARIA Nº 140, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> [...] Art. 1º Esta portaria estabelece as diretrizes e procedimentos de acompanhamento das demarcações e identificação de áreas da União, de gestão da SPU, a serem seguidos pelas Superintendências, no âmbito do projeto estratégico denominado Plano Nacional de Caracterização. [...]
Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)	CONSELHO CURADOR DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (CCFGTS) <u>RESOLUÇÃO Nº 716, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> Aprova condições para recuperação e reciclagem dos ativos em operações de crédito do FGTS da área de Habitação contratadas até 1º de junho de 2001. CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO (CNIg) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 104, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Disciplina os procedimentos para a autorização de trabalho a estrangeiros, bem como dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 103, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Disciplina a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro para trabalho no Brasil nas férias relativas a período acadêmico em Instituição de ensino no exterior.
Poder Judiciário	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ) PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - CONSELHEIRO 0001749-28.2013.2.00.0000 Requerente: Partido Socialismo e Liberdade - PSOL Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro - ARPEN-RJ Requerido: Conselho Nacional de Justiça Advogado(s): SP242668 - Paulo Roberto Iotti Vecchiatti (REQUERENTE) DECISÃO MONOCRÁTICA [...] Art. 1º - É vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo. Art. 2º - A recusa prevista no artigo 1º implicará na imediata comunicação ao respectivo juiz corregedor para as providências cabíveis. Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, de maio de 2013 Ministro Joaquim Barbosa DJE, CNJ, Edição nº 89/2013, 15/05/2013, p. 6
Presidência da República (PR)	CONSELHO DE GOVERNO ↳ Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) <u>RESOLUÇÃO Nº 35, DE 15 MAIO DE 2013</u> Dispõe sobre a suspensão, por razões de interesse público, de direitos antidumping e medidas compensatórias definitivos e a

	não aplicação de direitos antidumping e medidas compensatórias provisórias, nas importações relativas aos Eventos da Copa das Confederações FIFA 2013 e da Copa do Mundo FIFA 2014. SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC) → Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) <u>PORTARIA Nº 1.252, DE 15 DE MAIO DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar a Instrução Suplementar nº 108-001, Revisão A, intitulada "Programa de Segurança do Operador Aéreo (PSOA)", que descreve procedimentos de segurança, de contingência e de comunicação aceitos pela ANAC para o cumprimento dos requisitos contidos no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 108, intitulado "Segurança da Aviação Civil contra Atos de Interferência Ilícita - Operador Aéreo". [...] SECRETARIA DE PORTOS (SEP) → Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) <u>RESOLUÇÃO Nº 2.904, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> Dispõe sobre a aplicação de recursos oriundos de receitas tarifária, patrimonial e outras resultantes da exploração da atividade portuária, em áreas externas aos limites do porto organizado.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
18/05/2013	<u>DECRETO Nº 59.212, DE 17 DE MAIO DE 2013</u> Autoriza o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP a representar o Estado na celebração de convênios com Municípios paulistas, por intermédio dos respectivos fundos sociais de solidariedade, bem assim com entidades de fins não econômicos, visando à implantação do Projeto "Pólos Regionais da Escola de Beleza", no âmbito do Programa "Escola de Qualificação Profissional", e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 59.211, DE 17 DE MAIO DE 2013</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS <u>DECRETO Nº 59.210, DE 17 DE MAIO DE 2013</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS
17/05/2013	<u>DECRETO Nº 59.199, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de proceder ao encaminhamento das providências necessárias para a comemoração do evento "Alemanha + Brasil 2013 - 2014" no âmbito do Estado de São Paulo, a realizar-se no período de

	maio de 2013 a maio de 2014 e dá providências correlatas
16/05/2013	<u>DECRETO Nº 59.190, DE 15 DE MAIO DE 2013</u> Altera dispositivos do Decreto nº 57.393, de 30 de setembro de 2011, que regulamenta o artigo 7º da Lei Complementar nº 724, de 15 de julho de 1993 * <i>* Dispõe sobre os vencimentos dos integrantes da carreira de Procurador do Estado e dá providências correlatas</i>
15/05/2013	<u>DECRETO Nº 59.182, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> Identifica funções específicas da classe de Médico do quadro do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, a serem retribuídas mediante gratificação "pro labore", na forma do artigo 20 da Lei Complementar nº 1.193, de 2 de janeiro de 2013, e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 59.180, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> Dispõe sobre a criação, na Secretaria da Educação, do Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos de Miracatu e dá providências correlatas
14/05/2013	<u>DECRETO Nº 59.177, DE 13 DE MAIO DE 2013</u> Dá nova redação a dispositivo do Decreto nº 44.398, de 11 de novembro de 1999, que dispõe sobre a aquisição de bens e contratação de serviços produzidos na Fundação "Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel" - FUNAP pela Administração Direta, Autarquias, Sociedades de Economia Mista e Fundações instituídas ou mantidas pelo Estado <u>DECRETO Nº 59.176, DE 13 DE MAIO DE 2013</u> Altera a denominação das Unidades de Atendimento Aricanduva e Interlagos, da Circunscrição Regional de Trânsito da Capital, para Postos de Atendimento de Aricanduva e de Interlagos, dispõe sobre a organização de cada um e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 59.171, DE 13 DE MAIO DE 2013</u> Altera o Decreto nº 57.368, de 26 setembro de 2011, que institui, junto à Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, a Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo - COETRAE/SP e dá providências correlatas <u>DECRETO Nº 59.170, DE 13 DE MAIO DE 2013</u> Introduz alterações no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Casa Civil (CC)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO CC-38, DE 16-5-2013</u> Institui Grupo Técnico com o objetivo de propor medidas visando ao estabelecimento de mecanismos de normatização e

	monitoramento da folha de pagamento da Polícia Militar do Estado de São Paulo
Defensoria Pública do Estado (DPE)	CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO (CSDP) <u>DELIBERAÇÃO CSDP-270, DE 12-04-2013</u> Dispõe sobre a Comissão de Prerrogativas da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e regulamenta sua atividade
Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia (SDECT)	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (JUCESP) ↳ Presidência ↳ ↳ Secretaria-Geral <u>ORDEN DE SERVIÇO N° 16, DE 13-5-2013</u> Dispõe sobre a formulação de exigência no ato empresarial trazido a arquivamento e manutenção do Documento Básico de Entrada como documento hábil para instrução do ato empresarial
Desenvolvimento Social (SEDS)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SEDS-9, 15-05-2013</u> Dispõe sobre as diretrizes para implementação do Programa Estadual São Paulo Amigo do Idoso e do Selo Amigo do Idoso e dá providências
Educação (SE)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SE-32, DE 17-5-2013</u> Dispõe sobre as atribuições do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – CAPE, em diretorias de ensino, e dá providências correlatas
Fazenda (SF)	FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR DO ESTADO DE SÃO PAULO (SP-PREVCOM) <u>COMUNICADO</u> Em virtude do grande número de pedidos de esclarecimentos recebidos pela Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM) referentes à adesão no PLANO DE BENEFÍCIOS PREVCOM RG informamos: 1. Quanto à inscrição Podem se inscrever no PLANO DE BENEFÍCIOS PREVCOM RG os servidores/empregados públicos estaduais em atividade que contribuem com o Regime Geral de Previdência Social (INSS), na seguinte conformidade: - Empregados públicos (concursados); - Servidores ocupantes de cargos de livre nomeação e exoneração (comissionados e de confiança), desde que não possuam vínculo com o Regime Próprio (SPPREV); - Contratados sob o regime jurídico da Lei 500/1974 com contribuição para o INSS [...] GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SF-33, DE 17-05-2013</u> Dispõe sobre a utilização do Sistema Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – BEC/SP - para compra de bens, em parcela única e entrega imediata, com dispensa de licitação em razão do valor, por parte de

	Municípios
Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)	GABINETE DA SECRETÁRIA <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SJDC/SEDS/SES-1, DE 17-05-2013</u> Dispõe sobre as diretrizes e normas operacionais do Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack, denominado Programa Recomeço, instituído pelo Decreto 59.164, de 9 de maio de 2013 <u>RESOLUÇÃO SJDC-48, DE 17-5-2013</u> Dispõe sobre a constituição de Comissão Especial para a apuração de descumprimentos contratuais por parte de empresas contratadas pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e para eventual proposição de penalidades <u>RESOLUÇÃO SJDC Nº046, DE 14-5-2013</u> Altera a Resolução SJDC nº 47, de 24 de novembro de 2011, já modificada pela Resolução SJDC nº 66, de 3 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a composição da Comissão Estadual para Assuntos Referentes a Bens Apreendidos do Tráfico de Drogas – COMBAT, referente ao Convênio nº 04/2010/GSIPR/SENAD/FUNAD
Logística e Transportes (SLT)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SLT Nº 1, DE 13-5-2013</u> Dispõe sobre a criação da área de Gerenciamento de Investimentos na Hidrovia Tietê-Paraná
Meio Ambiente (SMA)	COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (CETESB) <u>COMUNICADO</u> SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DE FONTES MÓVEIS - 10-05-2013 Enquadramento 23 - Emissão de Fumaça preta acima do previsto (Artigo 32 do Decreto 8.468/76)* Enquadramento 24 - Circular em local sujeito a episódio crítico de poluição do ar (Artigo 50 do Decreto 8.468/76)* Enquadramento 25 - Estacionar em local sujeito a episódio crítico de poluição do ar (Artigo 50 do Decreto 8.468/76)* * Com redação dada respectivamente pelos Decretos 29.027 de 18-10-1988 e 28.313 de 04-04-1988. GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SMA-37, DE 15-05-2013</u> Designa o Grupo Setorial de Coordenação do Vale do Ribeira, para o biênio 2013-2015 <u>RESOLUÇÃO SMA-36, DE 15-05-2013</u> Dispõe sobre a instituição e organização do Conselho Consultivo do Parque Estadual Alberto Löfgren - PEAL e dá providências correlatas <u>RESOLUÇÃO SMA-35, DE 15-05-2013</u>

	Dispõe sobre a instituição e organização do Conselho Consultivo da Estação Ecológica de Assis, e dá providências correlatas INSTITUTO GEOLÓGICO (IG) <u>PORTARIA 20 DO DIRETOR GERAL, DE 14-5-2013</u> Regulamenta as Publicações e as Comissões Editoriais do Instituto Geológico Portaria IG. 20 (Processo-SMA-10.213/2010) <u>PORTARIA 19 DO DIRETOR GERAL, DE 14-5-2013</u> Dispõe sobre Designação de Membros da Comissão Editorial do Boletim do Instituto Geológico Portaria IG. 19 (Processo-SMA-10.213/2010)
Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN-727, DE 06-05-2013</u> Relaciona e indica condutores notificados no mês de maio de 2013, consoante exigência prevista na Portaria Detran n. 767, de 2006 GABINETE DO SECRETÁRIO <u>COMUNICADO</u> AUDIÊNCIAS PÚBLICAS Lei Orçamentária Anual – LOA 2014 O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, visando assegurar a transparência requerida durante o processo de elaboração da Proposta Orçamentária 2014 e ainda em observância ao que recomenda a Lei de Responsabilidade Fiscal e o que é previsto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2014 informa que realizará AUDIÊNCIAS PÚBLICAS presenciais, nas Regiões Administrativas e Metropolitanas do Estado de São Paulo [...] Obs.: Dois comunicados semelhantes na mesma página
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA PGE-COR 3, DE 13-05-2013</u> Disciplina a autorização para residência dos Procuradores do Estado em localidade distinta da sede de exercício <u>RESOLUÇÃO CONJUNTA PGE-COR-2, DE 13-05-2013</u> Institui a figura do Procurador do Estado monitor para acompanhamento dos Procuradores do Estado recém-ingressos na Carreira <u>RESOLUÇÃO PGE 17, DE 16-05-2013</u> Altera dispositivos da Resolução PGE 68, de 11-10-2011, que disciplinou a implantação da Gratificação de Atividade Especial – GAE no âmbito da Procuradoria Geral do Estado <u>RESOLUÇÃO PGE-16, DE 16-05-2013</u> Constitui Grupo de Trabalho com propósito de aprofundar estudos e propor a redação de minutas de decreto, editais e contratos, visando à aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC no Estado de São Paulo

	<u>RESOLUÇÃO PGE-15, DE 16-05-2013</u> Estabelece normas complementares para as consignações na folha de pagamento dos honorários advocatícios a que se refere o artigo 55 da Lei Complementar 93, de 28-05-1974
Saúde (SS)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SS - 49, DE 17-5-2013</u> Dispõe sobre a instituição do Grupo de Trabalho para analisar e alinhar proposta de redimensionamento do Quadro de Pessoal do HCFMUSP, na qualidade de Autarquia em Regime Especial, à Política Estadual de Saúde estabelecida pela SESSP, e dá outras providências. <u>RESOLUÇÃO SS - 48, DE 16-5-2013</u> Disciplina, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, a aplicação de multas pela inexecução total ou parcial do ajuste, por atraso injustificado no fornecimento ou execução de serviços contratados e pela recusa na assinatura de Ata de Registro de Preços
Segurança Pública (SSP)	GABINETE DO SECRETÁRIO <u>RESOLUÇÃO SSP-86, DE 17-05-2013</u> Cria a Câmara Técnica de Análise, Pesquisa e Estatísticas em Segurança Pública e Atividade Policial no Estado de São Paulo <u>RESOLUÇÃO SSP-85, DE 14-5-2013</u> Prot. GS-970/13 Constitui Grupo de Trabalho permanente para planejamento das ações previstas na Resolução SSP – 81, de 10-05-2013, que reorganizou o Procarga - Programa de Prevenção e Redução de Furtos, Roubos, Apropriação Indébita e Recepção de Carga – Procarga, criado pela Resolução SSP-284, de 26.08.09
Ministério Público do Estado (MP)	CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL – ESCOLA SUPERIOR (ESMP) <u>COMUNICADO ESMP 29/2013</u> SETOR DE EVENTOS O Diretor da Escola Superior do Ministério Público COMUNICA aos Membros do Ministério Público, aos Magistrados, aos estagiários e servidores dessas Instituições, aos Advogados e aos acadêmicos de Direito, que a Escola Superior do Ministério Público de São Paulo e o 7º Núcleo Regional da ESMP – Franca, promoverão palestra sobre o tema "ATUALIDADES DO DIREITO PENAL", conforme programação que segue: Data: 18-06-2013 (terça-feira) Horário: 19h às 22h Local: Auditório da Faculdade de Direito de Franca Av. Major Nicácio, 2377 – Bairro São José – Franca/SP [...]
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
18/05/2013	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 304, DE 2013 Torna obrigatória a implementação, no âmbito do Estado de

	São Paulo, de políticas públicas destinadas à juventude e dá outras providências DO Legislativo, 18/05/2013, p. 14 PROJETO DE LEI N° 300, DE 2013 Dispõe que o Estado oferecerá assistência jurídica integral e gratuita aos policiais militares que, no exercício de suas funções, se envolvam ou sejam implicados em casos que demandem tutela jurídica, seja judicial ou extrajudicial. DO Legislativo, 18/05/2013, p. 13 PROJETO DE LEI N° 299, DE 2013 Institui a "Semana de Orientação e Prevenção de Acidentes Domésticos" no Estado de São Paulo e dá outras providências. DO Legislativo, 18/05/2013, p. 13
17/05/2013	PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 13, DE 2013</u> Mensagem A-n° 090/2013, do Senhor Governador do Estado São Paulo, 15 de maio de 2013 Senhor Presidente Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei complementar que altera a Lei Complementar n° 1.074, de 11 de dezembro de 2008, que cria empregos na Universidade de São Paulo–USP, e dá providências correlatas. A medida decorre de proposta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e encontra-se delineada, em seus contornos gerais, em Exposição de Motivos a mim encaminhada pelo Titular da Pasta, texto que faço anexar, por cópia, à presente Mensagem, para conhecimento dessa ilustre Casa Legislativa. Expostas, assim, as razões determinantes de minha iniciativa, renovo a Vossa Excelência os protestos de minha elevada estima e consideração. Geraldo Alckmin GOVERNADOR DO ESTADO A Sua Excelência o Senhor Deputado Samuel Moreira, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado. <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 12, DE 2013</u> Determina que os valores pagos em retribuição às aulas ministradas pelos integrantes dos quadros das Polícia Civil e Militar sejam incorporados aos vencimentos, de conformidade com o disposto no artigo 133 da Constituição Estadual. PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI N° 298, DE 2013</u> Mensagem A-n° 091/2013, do Senhor Governador do Estado São Paulo, 15 de maio de 2013 Senhor Presidente Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem – DER a alienar, por doação, ao Município de

	Castilho, imóvel compreendido por faixa de terra com área de 68.999,70m², destinado à utilização como via pública. A área em questão, situada entre as estacas 0 (zero) (coincidindo com o Km 2+758m) e a estaca 115+10m (coincidindo com o Km 0+448m), adquiriu características tipicamente urbanas, em decorrência do desenvolvimento da cidade. Diante disso, a Municipalidade de Castilho solicitou a transferência do aludido imóvel ao seu domínio. Ao manifestar-se favoravelmente ao pedido, o Departamento de Estradas de Rodagem - DER salientou que, em razão do crescimento populacional ao longo do referido trecho, a área perdeu sua finalidade rodoviária, de modo a exigir a implantação de novas técnicas de engenharia e segurança de tráfego, aplicáveis a perímetros urbanos. Por sua vez, o Conselho do Patrimônio Imobiliário, órgão responsável pela formulação da política patrimonial do Estado, recomendou a transmissão do bem nos termos em que foi postulada. Expostas, assim, as razões determinantes de minha iniciativa, submeto o assunto a essa Casa de Leis, fazendo juntar a documentação necessária à sua instrução. Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração. Geraldo Alckmin GOVERNADOR DO ESTADO A Sua Excelência o Senhor Deputado Samuel Moreira, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado. <u>PROJETO DE LEI Nº 296, DE 2013</u> Altera dispositivo da Lei nº 2.574, de 4 de dezembro de 1980, que estabelece normas para declaração de utilidade pública <u>PROJETO DE LEI Nº 294, DE 2013</u> Dispõe sobre a gratuidade de passagem intermunicipal para crianças portadoras de câncer, bem como seu acompanhante. <u>PROJETO DE LEI Nº 293, DE 2013</u> Institui o Programa Ilhas Verdes – PIV no Estado de São Paulo e dá outras providências correlatas.
16/05/2013	MENSAGENS DO GOVERNADOR MENSAGEM A-Nº 087/2013, DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO São Paulo, 14 de maio de 2013 Senhor Presidente Em cumprimento ao disposto no artigo 16 da Lei complementar nº 1025, de 7 de dezembro de 2007, com a redação dada pelo artigo 2º da Lei complementar nº 1.175, de 2 de maio de 2012, submeto à deliberação desse Parlamento a indicação de Genésio Betiol Júnior, para integrar a Diretoria da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, no exercício da função de Diretor de Regulação Técnica e Fiscalização dos Serviços de Energia. Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração. Geraldo Alckmin GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Samuel Moreira, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado. [...]

DO Legislativo, 16/05/2013, p. 25

MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR

VETO TOTAL AO [PROJETO DE LEI Nº 612, DE 2011](#)

Mensagem A-nº 088/2013, do Senhor Governador do Estado

São Paulo, 15 de maio de 2013

[...] De iniciativa parlamentar, a propositura institui o Programa Memória de José Bonifácio de Andrada e Silva, Patriarca da Independência do Brasil, que deverá se realizar mediante ações cívicas e medidas de incentivo à pesquisa histórica e aos debates. [...]

DO Legislativo, 16/05/2013, p. 25

VETO TOTAL AO [PROJETO DE LEI Nº 397, DE 2012](#)

Mensagem A-nº 089/2013, do Senhor Governador do Estado

São Paulo, 15 de maio de 2013

[...] De iniciativa parlamentar, a propositura dispõe sobre o funcionamento dos semáforos, em sistema de alerta, com luz amarela piscante, no período compreendido entre 0h (zero hora) e 5h (cinco horas). [...]

DO Legislativo, 16/05/2013, p. 25

PROJETOS DE LEI

[PROJETO DE LEI Nº 292, DE 2013](#)

Altera o artigo 1º da [Lei nº 14.926, de 4 de janeiro de 2013](#).

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo decreta:

Artigo 1º - O artigo 1º da Lei nº 14.926, de 4 de janeiro de 2013, passa a ter a seguinte redação:

“Artigo 1º - A remuneração do Deputado à Assembleia Legislativa, no exercício financeiro de 2013, é fixada em valor correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do que percebem ou venham a perceber, a igual título, em espécie, os Deputados Federais, nos termos do § 2º do artigo 27 da Constituição Federal.”

Artigo 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

[PROJETO DE LEI Nº 291, DE 2013](#)

Isenta do pagamento de tarifa de pedágio nas rodovias estaduais o veículo cujo proprietário resida ou exerça atividade profissional permanente no município em que esteja localizada a praça de cobrança do pedágio

PROJETO DE RESOLUÇÃO

[PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 5, DE 2013, DA MESA](#)

Acrescenta dispositivos às Resoluções n.º 783, de 1º de julho de 1997 e nº 822, de 14 de dezembro de 2001, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo RESOLVE:

Artigo 1º - O artigo 11 da Resolução nº 783, de 1º de julho de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 3º - O Auxílio-Hospedagem tem por finalidade o reembolso de gastos realizados:

1 - em caráter eventual, na forma prevista em Ato da Mesa; e

2 - com a moradia de Deputado no Município de São Paulo,

	desde que não possua, em nome próprio, de seu cônjuge, companheira ou companheiro, a titularidade de imóvel nos limites territoriais da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), definida nos termos da Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, e disciplinada pelas Leis Complementares estaduais nº 94, de 29 de maio de 1974 e nº 1.139, de 16 de junho de 2011. Artigo 2º - O artigo 3º da Resolução nº 822, de 14 de dezembro de 2001, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo, renumerando-se o § 2º para § 3º: “§ 2º - A despesa prevista no item 2, do § 3º, do artigo 11 da Resolução nº 783, de 1º de julho de 1997, será passível de reembolso até o limite mensal de R\$ 2.850,00 (dois mil oitocentos e cinquenta reais);” Artigo 3º - Não é permitido o pagamento das despesas previstas nesta Resolução a título remuneratório. Artigo 4º - As despesas resultantes da aplicação desta Resolução correrão à conta das dotações próprias consignadas no respectivo Orçamento vigente. Artigo 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. [...]
15/05/2013	MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 241, DE 2010 Mensagem A-nº 086/2013, do Senhor Governador do Estado [...] De origem parlamentar, a propositura autoriza o Poder Executivo a criar sistemas de coleta com recipientes para recolhimento, transporte, depósito, armazenagem e destino final de pilhas comuns e alcalinas e de baterias usadas [...] DO Legislativo, 15/05/2013, p. 25 PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 286, DE 2013 Dispõe sobre a obrigatoriedade de reserva de vagas para advogados em estacionamentos de órgãos e entidades públicas estaduais. PROJETO DE LEI Nº 285, DE 2013 Institui as diretrizes para o Turismo Religioso no Estado de São Paulo.
14/05/2013	PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 284, DE 2013 Obriga o estabelecimento responsável pela comercialização de bicicleta a registrar o número de série do veículo no documento fiscal emitido ao consumidor, e dá outras providências. PROJETO DE LEI Nº 283, DE 2013 O Poder Executivo poderá instalar um Posto de Atendimento do POUPATEMPO no município de Adamantina. PROJETO DE LEI Nº 282, DE 2013 O Poder Executivo poderá instalar um Posto de Atendimento do POUPATEMPO no município de Teodoro Sampaio. PROJETO DE LEI Nº 281, DE 2013

	O Poder Executivo poderá instalar um Posto de Atendimento do POUPATEMPO no município de Santa Cruz do Rio Pardo. <u>PROJETO DE LEI N° 280, DE 2013</u> O Poder Executivo poderá instalar um Posto de Atendimento do POUPATEMPO no município de Presidente Venceslau. <u>PROJETO DE LEI N° 279, DE 2013</u> O Poder Executivo poderá instalar um Posto de Atendimento do POUPATEMPO no município de Presidente Epitácio. <u>PROJETO DE LEI N° 278, DE 2013</u> O Poder Executivo poderá instalar um Posto de Atendimento do POUPATEMPO no município de Osvaldo Cruz. <u>PROJETO DE LEI N° 277, DE 2013</u> O Poder Executivo poderá instalar um Posto de Atendimento do POUPATEMPO no município de Paraguaçu Paulista.
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
18/05/2013	<u>DECRETO N° 53.924, DE 17 DE MAIO DE 2013</u> Convoca a Conferência Municipal do Meio Ambiente, bem como cria o Comitê Intersecretarial de Implementação da Política Municipal de Resíduos Sólidos.
17/05/2013	<u>DECRETO N° 53.920, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Confere nova redação ao inciso III do artigo 1º do Decreto nº 51.931, de 17 de novembro de 2010, que alterou a composição do conselho incumbido da administração do Fundo Especial da Operação Urbana Água Branca – FEAB, criado pelo artigo 18 da Lei nº 11.774, de 18 de maio de 1995. <u>DECRETO N° 53.917, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Introduz alterações nos artigos 3º e 10 do Decreto nº 53.064, de 3 de abril de 2012, que criou o Comitê de Candidatura São Paulo – Expo 2020. <u>DECRETO N° 53.916, DE 16 DE MAIO DE 2013</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de celebração de Compromisso de Desempenho Institucional por todas as entidades da Administração Indireta do Município de São Paulo, cria o Comitê de Acompanhamento da Administração Indireta e introduz alterações no artigo 1º do Decreto nº 53.687, de 2 de janeiro de 2013.
15/05/2013	<u>DECRETO N° 53.904, DE 14 DE MAIO DE 2013</u> Regulamenta o § 6º do artigo 18 da Lei nº 11.774, de 18 de maio de 1995, que fixa a remuneração devida à São Paulo Urbanismo – SP-Urbanismo e à São Paulo Obras – SP-Obras, sucessoras da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB, por serviços prestados no âmbito da Operação Urbana Água Branca.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Izabel C. Filgueiras de Almeida - icalmeida@sp.gov.br

Júlio César de Paula - jcdepaula@sp.gov.br

Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107